

DEZ LIVROS PARA CONHECER FUNCIONALISMO EM LINGUÍSTICA

Marcelo Módolo (DLCV)

André Vinícius Lopes Coneglian (UFMG)

*... se você quer compreender o que é a ciência,
você deve olhar, em primeiro lugar, não para
as suas teorias ou as suas descobertas, e
certamente não para o que seus apologistas
dizem sobre ela; você deve ver o que os
praticantes da ciência fazem.*

Geertz, 2008 [1989], p. 4

Introdução¹

A diretriz deste *Guia bibliográfico*, a de descrever um determinado campo do conhecimento ou um tema relevante dentro das ciências humanas a partir de dez obras fundamentais, apresenta uma dificuldade particular para o campo do funcionalismo em linguística. Não porque seria extremamente difícil escolher dez obras relevantes – até porque, certamente, essa dificuldade não é uma particularidade deste tema –, mas porque não há dez obras, por assim dizer, com base nas quais seja possível chegar a uma visão geral do que é fazer funcionalismo em linguística. O funcionalismo linguístico se constrói intelectualmente sem uma obra fundadora² particular, ainda que estejam disponíveis ao público obras específicas que apresentam modelos de funcionalismos e de análises funcionalistas; antes o campo se constrói intelectualmente por meio de publicações de artigos, de capítulos e de *squibs* que, em conjunto, proveem e constituem o quadro teórico-metodológico funcionalista.

Outra questão que dificulta a seleção de trabalhos para uma reflexão como esta está no fato de que, como alertou Nichols (1984), o número de propostas funcionalistas é tão grande quanto é o número de seus praticantes, sendo consensual entre eles apenas um conjunto pequeno de assunções quanto à não autonomia da sintaxe, à não modularidade dos componentes da gramática (CROFT, 1995) e algumas outras que se discutem mais adiante neste texto (seção 1). Os encaminhamentos metodológicos, descritivos e explicativos variam de acordo com o comprometimento de cada autor e com o direcionamento de cada proposta (CROFT, 1995; HASPELMATH, 2004), e é da delimitação desses vários comprometimentos que este texto parte.

¹ Agradecemos a Maria Helena de Moura Neves e a Juliano Desiderato Antonio pela leitura cuidadosa e pelos comentários que, certamente, contribuíram para o produto final deste texto. Qualquer atalho é nossa responsabilidade.

² Essa afirmação deve ser entendida comparativamente. O Funcionalismo não tem uma ‘obra inaugural’ como é o caso do Programa Gerativista na Linguística, que tem uma obra marcadamente inaugural e, também, todo um corpo de obras que atualizam e reatualizam a teoria.

Diante desse quadro, para construir este roteiro de leituras funcionalistas, a inclusão das obras obedeceu aos seguintes critérios: a) extensão, as obras devem ter extensão de obra, de fato, não de artigo ou *squib*; b) autoria, as obras não podem ser organizações ou coletâneas de textos, mas devem ser autorais; c) data de publicação, as obras devem ter sido publicadas nos últimos 30 anos, entre 1990-2020. Esses critérios, por si só, dão conta de reduzir bem o vasto universo bibliográfico do funcionalismo em linguística.

De um modo geral, as obras que aparecem neste artigo representam, dentro do conjunto bibliográfico de seus autores, o direcionamento de uma proposta coesa desenvolvida ao longo de anos (por isso o critério de privilegiar obras publicadas nos últimos trinta anos). A diferença entre as propostas funcionalistas discutidas neste artigo está justamente no modo pelo qual cada uma desenvolve tanto teórica quanto metodologicamente as questões introduzidas na próxima seção, ligadas às noções de autonomia, arbitrariedade e de função. Então é seguro dizer que, de um ponto de vista de configuração de campo, as propostas estão intimamente ligadas a seus proponentes – como ensina Geertz (2008 [1989]) na epígrafe que abre este texto.

Ressalve-se que, obviamente, as obras e os autores apresentados neste artigo não esgotam o campo epistemológico do Funcionalismo linguístico. Há um sem número de autores e de modelos que poderiam ser discutidos, principalmente por sua contribuição seminal para os estudos no campo do funcionalismo. Entretanto, fazer um regate global está além do objetivo deste texto. Para isso, indique-se, já início a leitura de *A gramática funcional – interação, discurso e texto*, de Maria Helena de Moura Neves (NEVES, 2018a), obra na qual a autora faz uma incursão no campo do funcionalismo explicitando suas configurações epistemológicas, seus principais temas de investigação, sua história intelectual e, também, coteja grandes correntes dentro do campo. Sobre as bases históricas do funcionalismo, recomenda-se, também, a leitura de Givón (2013a), que volta à Antiguidade clássica, especialmente ao empirismo aristotélico e ao racionalismo platônico para configurar as raízes intelectuais do funcionalismo linguístico.

Assentados os propósitos e os direcionamentos deste artigo, pode-se passar à explicitação das bases intelectuais do funcionalismo linguístico, considerando-se, na multiplicidade de propostas funcionalistas, princípios gerais que governam descrição e explicação funcionais.

1. Bases intelectuais do funcionalismo linguístico: o privilégio da *função*

Uma vez que este texto está aparecendo em um guia bibliográfico que abriga temas das humanidades em geral, é instrutivo esclarecer que o funcionalismo em linguística difere radicalmente do funcionalismo em outros campos das humanidades, como na antropologia e nas ciências sociais. Em linguística, o funcionalismo está muito mais alinhado às ideias filosóficas da biologia (MÜNCH, 2015), como aponta Givón (2013a), privilegiando-se explicações de ordem

adaptativa, segundo as quais a linguagem é uma adaptação complexa do homem social, bem como de ordem da motivação, segundo as quais a estrutura da língua é moldada e formada a partir das funções a que serve. Nessa medida, entende-se, mais amplamente, a linguagem como um fenômeno evolutivo-adaptativo do homem ao seu ambiente social sendo, assim, a estrutura linguística (ou a gramática) determinada pelas funções a que serve (CROFT, 1991).

Essa dupla visão que configura bem genericamente todo território do funcionalismo linguístico apresenta importantes implicações para o desenvolvimento do campo, especialmente no que diz respeito a questões que tocam noções de uma gramática universal (noção proveniente do formalismo), de arbitrariedade do signo (herança do estruturalismo saussuriano) e de autonomia da sintaxe (ligada à questão da arbitrariedade). Particularmente, o entendimento da linguagem como um fenômeno evolutivo-adaptativo acarreta uma visão muito particular de mudança linguística (CROFT, 2000; GIVÓN, 2010), segundo a qual o processo de mudança é enquadrado como evolucionário, em cujo centro está o enunciado, instâncias reais de uso da língua, e não o conhecimento abstrato do falante. Ademais, o entendimento de que a estrutura da língua é (pelo menos parcialmente) motivada traz para o centro de estudo as dinâmicas do uso linguístico e da mudança linguística que moldam a estrutura.

Nesse enquadre, o termo função, ou funcional, pode apresentar diferentes interpretações. Esse ponto foi muito bem discutido por Nichols (1984), que mostra cinco³ diferentes acepções do termo. No entanto, as noções de função ligada à significação e ao papel comunicativo das formas linguísticas figuram mais proeminentemente na condução das análises funcionalistas. Isso provavelmente se deve ao fato de que, tacitamente, acorda-se entre os funcionalistas que a linguagem serve às funções de comunicação e de representação mental da ‘realidade’. Alguns funcionalistas, como é o caso de Givón (1995, 2001, 2005) e de Chafe (1994, 2018), conciliam muito bem essas duas funções da linguagem na explicação dos fatos, explicitando propriedades discursivas (privilegiando a função comunicativa) e propriedades cognitivas (privilegiando a função representacional da linguagem). Outros funcionalistas, como é o caso de van Valin (2005), privilegiam a função comunicativa, concebendo a linguagem como um sistema de comunicação social e a estrutura gramatical como responsável pela construção do significado em contexto.

De todo modo, independentemente da orientação de estudo, explica Croft (2015) que o termo **funcionalista** (funcional) aplica-se a toda proposta de análise linguística cuja explicação para a gramática esteja centrada em explicações externas à estrutura, isto é, privilegiam-se explicações funcionais sobre explicações formais.

³ Nichols (1984), examinando um conjunto de trabalhos funcionalistas, chega a cinco acepções básicas do termo função: a) função como **interdependência**, análoga à noção matemática do termo; b) função como **propósito**, que se liga às intencionalidades dos usuários; c) função como **contexto**, que privilegia os significados indexais; d) função como **relação**, entre unidades e elementos estruturais; e) função como **significado**, na qual ficam interfaceados os componentes semântico e pragmático da linguagem.

Nessa direção, invoque-se Givón (2013b), que propõe um conjunto de perguntas que, bem amplamente, configuram o campo investigativo do funcionalismo linguístico. Segundo o autor, são questões relevantes (p. 413-414):

- a) Verificam-se correlações sistêmicas entre estruturas linguísticas e suas funções comunicativas e cognitivas?
- b) De que modo surgiram, a partir de processos diacrônicos, estruturas linguísticas verificadas numa determinada sincronia, seus mapeamentos sistêmicos entre forma e função?
- c) De que modo primeira e segunda línguas são adquiridas? Que fatores sociais, culturais, comunicativos e neuropsicológicos determinam o processo de aquisição de linguagem?
- d) Que aspectos funcionais restringem a diversidade tipológica das línguas do mundo? Que mecanismos governam essas restrições?
- e) Que aspectos da língua (e da linguagem) são moldados pela cultura?

Essas questões contemplam todos os pontos da agenda investigativa do funcionalismo: os fatores cognitivos e discursivos que motivam a estrutura gramatical (questão a); a estrutura sincrônica da linguagem como um “repositório de relíquias” (GIVÓN 1971; CHAFE, 2008) de processos de mudança linguística verificados diacronicamente (questão b); a aquisição de linguagem como um processo socialmente determinado (questão c); as propriedades tipológicas das línguas do mundo, verificadas em universais implicativos (questão d); e a relação entre linguagem, cultura e cognição, configurada como a própria investigação do caráter semiológico da linguagem (GIVÓN, 1989; EVERETT, 2012) (questão e).

Nesse encaminhamento, a questão do uso (linguístico) deve, ainda, ser considerada. Nem todas as propostas penetram, de fato, no uso linguístico, ou seja, no modo como por meio da linguagem se obtêm significados na comunicação eficiente. É particularmente evidente essa penetração no uso em propostas que mais explicitamente ancoram-se em “material textual autêntico” (BUTLER, 2003), ou seja, o texto. Tem-se em Halliday (1994 [1985]), Bybee (2010), Chafe (1994, 2018) e Givón (1995, 2005) a recorrência a textos como território de análise. Essa prática implica a consideração de um conjunto de fatores, como frequência textual de expedientes linguísticos, o estabelecimento de cadeias coesivas, na base das explicações e das descrições da estrutura linguística. Isso, entretanto, é discutido pormenorizadamente na próxima seção.

2. Obras pelas quais conhecer funcionalismo em linguística

Assentadas as bases teóricas gerais do funcionalismo, esta seção traz dez obras pelas quais pode-se conhecer minimamente o campo. O objetivo, aqui, não é resenhar as obras indicadas, mas é

mostrar justamente o que faz delas excepcionais, apontando-se o encaminhamento particular de cada modelo. Assim, as obras são discutidas com base na recolha de informações específicas, como a natureza da função, o tipo de explicação funcional, o tipo de dado considerado.

As obras são de duas naturezas, teórica e aplicada. As obras de natureza teórica preocupam-se, acima de tudo, com a proposição de um modelo funcionalista, ao passo que as obras aplicadas trazem descrições ou de uma língua particular (neste caso, do português brasileiro) ou de propriedades tipológicas das línguas do mundo.

Insista-se na consideração feita na seção introdutória deste texto de que são inúmeros os modelos funcionalistas, geralmente cada um vinculado a seu praticante. Por isso, vê-se cada obra apresentada aqui é representativa de uma maneira particular de formular descrições e explicações funcionais. Nesse sentido, discutem-se, também, as propostas de cada autor a partir da apresentação das obras.

2.1 Obras de explicitação teórica

Inicie-se a apresentação das obras e, conseqüentemente, a discussão da proposta, com aquela pensada por um funcionalista de primeira hora, centrada no texto e nos processos gramaticais que fazem do texto uma peça em função na comunicação humana.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An introduction to functional grammar**. 2ª ed. Londres: Lawrence Earlbaum. 1994 [1985].⁴

O cerne da gramática sistêmico-funcional hallidaiana está na assunção de que o estudo da língua e da linguagem não podem acontecer fora do texto, pois ele é a unidade básica de comunicação e ele se constitui como uma unidade semântica a partir dos processos gramaticais que o constroem. Angulada nessa visão, o modelo pauta-se pela explicação da maneira pela qual os textos produzem significação a partir do sistema linguístico. Assim, o texto não é visto apenas como um epifenômeno da linguagem, mas, sim, como o próprio *locus* do acionamento de um sistema linguístico, que, por sua vez, não pode ser verificado senão nos processos gramaticais que produzem significação.

A proposta assentada por Halliday (1994) está muito fortemente ancorada na noção da linguagem como um sistema de escolhas, o que confere a ela uma orientação paradigmática. Tanto é assim que, logo na introdução do livro, o autor deixa anunciado que prescinde do texto ‘sintaxe’ em seu livro justamente porque ele evoca um modo muito específico de operar com categorias

⁴ De um ponto de vista historiográfico, a obra *An introduction to functional grammar* foi publicada em quatro edições diferentes (Halliday, 1985, 1994; Halliday & Matthiessen, 2004, 2014). As duas primeiras edições foram concebidas pelo próprio Halliday, ao passo que as terceira e quarta edições foram ampliadas e revisadas por Christian Matthiessen, um dos discípulos de Halliday e desenvolvedores da teoria.

linguísticas e de proceder à descrição gramatical. É exatamente dessas noções tradicionais que Halliday (1994) busca se esquivar, focando nos componentes significativos da linguagem, que são, diz ele, componentes funcionais. Uma vez que ele se pesquisa da terminologia tradicional, autor cunha o termo **lexicogramática**, para se referir aos níveis morfológico e sintático da língua.

Nessa obra, em particular, o autor encaixa todo o sistema gramatical nas três metafunções da linguagem que ele havia proposto anteriormente (HALLIDAY, 1970). Segundo o autor, a linguagem serve à manifestação de conteúdo (o que ele chama de metafunção **experiencial**), que nasce da experiência do falante e do ouvinte no mundo; serve, também, à expressão dos papéis sociais (metafunção **interpessoal**), do engajamento entre os interlocutores e à obtenção da interação entre indivíduos; e a linguagem serve, ainda, à construção do texto (metafunção **textual**), estabelecendo relações coesivas e fazendo dos textos peças funcionais na comunicação. Segundo Halliday (1994), essas três metafunções podem ser observadas na constituição da oração, e ele discute, pormenorizadamente, a oração como representação (explorando a metafunção experiencial, capítulo 05), como troca (explorando a metafunção interpessoal, capítulo 04) e como mensagem (explorando a metafunção textual, capítulo 03).

Em linhas gerais, tem-se o seguinte encaminhamento da análise da organização gramatical da oração a partir das diferentes metafunções: a) a discussão da oração como representação é centrada em questões ligadas aos processos, participantes e circunstâncias, sendo o sistema gramatical de transitividade visto a partir da formação das predicções, do verbo e de seus argumentos; b) a discussão da oração como troca é centrada em questões ligadas à sua configuração modal e polar, sendo sistema gramatical relevante nesse exame é particularmente o sistema de modo, que comporta o sujeito, como um grupo⁵ nominal, e de um operador finito, na forma de um grupo verbal; c) a discussão da oração como mensagem centra-se no exame de sua organização temática e remática, no gerenciamento da distribuição da informação, sendo o sistema gramatical ligado à estrutura da informação particularmente relevante.

A partir do entendimento de que a oração está no centro do exame, o modelo se configura de tal forma que, sistemicamente, ficam estabelecidos os níveis de análise “abaixo” (capítulo 06), que diz respeito à constituição dos grupos e sintagmas, “acima” (capítulo 07), que diz respeito à combinação de orações em complexos oracionais, e “ao redor” (capítulo 09) da oração, que diz respeito às suas propriedades coesivas.

Particularmente interessante na proposta hallidaiana, muito bem desenvolvida em Halliday (1994) e em obras subsequentes (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2006), é a noção da linguagem como um sistema semiótico, cujo propósito é a produção de significação. Nessa visão, não há produção de significados fora do sistema, portanto a gramática desempenha um papel fundamental.

⁵ Halliday (1994) usa o termo “grupo” como um quase sinônimo de sintagma.

Nessa visão sócio-semiótica, entende-se que existe um nível alto de arbitrariedade do sistema linguístico, caso contrário, a comunicação se restringiria a uma quantidade pequena de significados a que sistemas simbólicos naturais pudessem se acoplar. Esse entendimento tem um impacto grande no modo pelo qual, dentro desse modelo, lida-se com a questão da multifuncionalidade dos expedientes linguísticos.

Mencione-se, ao final, que a proposta apresentada em Halliday (1994) é uma proposta voltada para a análise da língua inglesa, sem que fique anunciada uma preocupação de aplicação a outras línguas. Entretanto, o próprio Halliday elaborou descrições do chinês com base no seu modelo (veja-se a coleção de estudos publicada em Webber, ed., 2006). O reenquadramento da linguística sistêmico-funcional hallidaiana de modo a comportar fatos e descrições tipológicas tem sido levado a cabo por outros pesquisadores (CAFFAREL, MARTIN & MATTHIESSEN, eds., 2004).

À semelhança de Halliday, dois autores, T. Givón e W. Chafe, colocam o texto como o *locus* de manifestação das funções da linguagem. As propostas desses dois autores compartilham, ainda, o fato de invocarem propriedades cognitivas humanas para dar conta da explicação do sistema linguístico funcionalmente. Naturalmente, cada proposta apresenta sua particularidade.

GIVÓN, Talmy. **On understanding grammar**. 2ª edição, revista e atualizada. Amsterdam: John Benjamins. 2018 [1979].⁶

De início, a apreciação a ser feita sobre a segunda edição do livro é que ela é um monumento da ciência linguística moderna, pois é cuidadosamente pensado, rigorosamente executado e excepcionalmente argumentado – típico de todos os trabalhos de seu autor. Talmy Givón, na segunda edição de seu primeiro livro, deixa o seu legado intelectual no campo da filosofia da ciência, na prática analítica e na argumentação teórica. Essa apreciação deve preceder a discussão do livro para que o leitor tenha em mente o peso desta obra, que se destaca em excelência das demais apresentadas aqui – talvez, esteja junta da obra de Chafe (2018) em qualidade e rigor. A revisão e atualização da obra em uma segunda edição⁷ resultou de, como o próprio autor anuncia em seu prefácio, quarenta anos de estudo e investigação sobre as propriedades funcionais das línguas do mundo – por esse motivo, optou-se por incluir a segunda edição desta obra neste artigo.

Cada capítulo do livro trata de um tema diferente e, em conjunto, a obra apresenta uma visão geral do que é fazer linguística em perspectiva funcionalista. No livro, o autor critica fortemente a investigação linguística centrada apenas na forma, dizendo que uma definição e uma explicação de natureza puramente formal/estrutural é um exercício “circular”.

⁶ A primeira edição foi traduzida para o português por Mário Eduardo Martelotta e Maria Angélica Furtado da Cunha e publicada sob o título *A compreensão da gramática* (2013) pela Editora Cortez.

⁷ O autor explica, no prefácio à segunda edição, que todo o conteúdo do livro foi revisto e atualizado.

Os temas variados convergem na ideia central do funcionalismo de que o estudo da linguagem não pode desprezar os aspectos cognitivos e comunicativos que moldam e motivam sua estrutura. Todos os pontos teóricos discutidos por Givón são explicitados à luz de um conjunto extenso de fatos descritivos, que contemplam construções de voz passiva (capítulo 01), construções de negação (capítulo 03), construções transitivas (capítulo 07), entre outros.

Mais especificamente, o livro se inicia com uma discussão sobre filosofia da ciência e o impacto do estruturalismo, como ponto de vista científico, nos estudos da linguagem. Givón é altamente crítico do modo como se conduziu a linguística em perspectiva estruturalista e chega a dizer que a herança saussuriana impôs limites à curiosidade natural do analista. Givón mostra a herança estruturalista na forma de três “dogmas”: (i) o dogma da arbitrariedade, que dissocia forma e função; (ii) o da idealização, que distingue *langue* (o sistema) de *parole* (o uso efetivo da linguagem); (iii) e o dogma da segregação, que faz um recorte entre a manifestação sincrônica e a realidade diacrônica da linguagem.

Em uma discussão que mostra a ancoragem aristotélica e platônica dos dogmas saussurianos, Givón abre o caminho para o abandono desses dogmas e argumenta que é exatamente nesse abandono que o funcionalismo linguístico alcança sua identidade. Na visão do autor, o dogma da arbitrariedade pode ser repensado dentro da perspectiva da filosofia da biologia (conforme mencionado na seção 1), uma vez que as noções de função e de seleção adaptativa entram em jogo no estudo da forma. O dogma da segregação é repensado a partir do entendimento de que a realidade sincrônica e a diversidade tipológica das línguas do mundo são resultadas de processos diacrônicos motivados justamente pela função e adequados a partir da seleção adaptativa das formas. Nessa direção, explica o autor, por a realidade diacrônica da linguagem no centro da discussão ajuda a explicar inclusive a impropriedade do dogma da arbitrariedade.

Em termos práticos, a base intelectual lançada por Givón revoluciona o modo como se pensava as categorias gramaticais no estruturalismo. O autor redefine a visão de sintaxe a partir das funções semânticas e pragmáticas que ela desempenha. Isso conduz ao entendimento de que domínios gramaticalmente codificados, como é caso da transitividade, e das construções de voz, por exemplo, podem (e devem, segundo o autor) ser funcionalmente definidos, ou seja, as construções gramaticais são definidas a partir de suas propriedades cognitivas e comunicativas (capítulos 02, 03 e 04).

Assentado o modo como o autor compreende o mapeamento forma-função na linguagem, ele consegue amarrar a diversidade tipológica das línguas, apontando para o fato de que essa diversidade é altamente motivada e fortemente restringidas, bem como a relação entre sincronia e diacronia, explicitando que a diversidade de estruturas que codificam domínios funcionais (como o

da passividade, por exemplo) é uma consequência direta da diversidade de caminhos diacrônicos que deram origem a essas estruturas (capítulos 05 e 06).

Aponte-se, ainda, que Givón concilia com muito sucesso explicações de ordem cognitiva e comunicativa para os fatos da linguagem. Verifica-se, do início ao fim em seu livro, uma preocupação de balancear fatores cognitivos e comunicativos que motivam a estrutura linguística, mostrando o que decorre de cada um desses fatores. Isso é visto, por exemplo, na discussão que o autor faz a respeito da marcação de caso nominal (capítulo 04) motivada tanto pela estrutura semântica do evento (caso semântico) quanto pela organização discursiva da informação (topicalidade).

Givón defende a interrelação entre a função comunicativa da linguagem, os processos diacrônicos de mudança linguística e a diversidade entre as línguas do mundo. E ele reconhece, afinal, que esses três pontos são apenas a ponta do *iceberg* no que diz respeito à complexidade dos fenômenos da linguagem vistos funcionalmente. No que diz respeito ao fazer científico, Givón alcança alta rigorosidade metodológica na elaboração de sua proposta, advogando que toda reflexão teórica deve, necessariamente, estar ancorada na descrição de fatos da linguagem.

Excelência semelhante é alcançada na obra de Chafe (2018), também um funcionalista de primeira hora, que busca alcançar o equilíbrio entre explicações cognitivas e discursivas para a estrutura da língua, considerando a diversidade tipológica das línguas e a relação entre linguagem e cultura.

CHAFE, Wallace. **Thought-based linguistics**. How languages turn thoughts into sounds. Cambridge: Cambridge University Press. 2018.

Nesse livro, o autor apresenta, de forma amadurecida, a proposta de estudo da linguagem desenvolvida ao longo de sua carreira. Ele resgata a noção estruturalista de que a língua é a expressão do pensamento por meio de sons. No entanto, seu ponto de partida é a hipótese de que os pensamentos, justamente por serem pensamentos (complexos e difusos), não podem ser realizados diretamente por meio de sons. Chafe (2018) assenta uma versão funcionalista daquela noção estruturalista. O autor defende que a linguagem se inicia com pensamentos na mente de um falante e chega à mente do ouvinte, afetando seu estado mental, por meio de sons deve constituir a base de um modelo de análise linguística. Os principais desdobramentos dessa hipótese são dois, de ordem teórica e metodológica, respectivamente: (i) os pensamentos não são diretamente revelados no componente semântico da linguagem, mas a eles são impostas estruturas que acabam por configurar todo o sistema significativo (o componente semântico) da linguagem; (ii) a imposição de estrutura aos pensamentos não é um fato que pode ser captado diretamente por meio de categorias linguísticas tradicionais.

Chafe (2018) propõe, então, o que chama de “linguística com base no pensamento”. Nesse modelo, o autor argumenta explicitamente contra o uso de introspecção, dizendo que uma investigação em cuja base estejam os pensamentos e as estruturas semânticas neles impostas deve ser guiada pela “observação pública”⁸ (p. 1) da linguagem natural, o texto, tanto na sua forma escrita quanto oral⁹.

Na visão do autor, o processo de verbalização da experiência é aquele pelo qual pensamentos são transformados em sons. Esse processo, diz ele, não é unitário nem uniforme, mas depende de operações de ajuste semântico. Essas operações de ajuste constituem a própria fonte que dá origem à gramática e que impulsiona os processos de mudança linguística (vejam-se, especialmente, Chafe, 2002a, 2008).

O processo de verbalização é, em si, simbólico (capítulos 03 a 08). Se o processo se inicia nos pensamentos e termina nos sons, o percurso de transformação de pensamentos em sons é o próprio percurso no qual se verificam os mapeamentos simbólicos que unem o plano do pensamento ao plano do som¹⁰. O percurso da verbalização, então, inicia com os pensamentos, que são transformados em estrutura semântica e, subsequentemente, transformados em estrutura sintática. Por meio da simbolização, estruturas (ou representações) fonológicas abstratas transformam-se em estruturas fonológicas evidentes¹¹, que se manifestam, afinal, em sons (CHAFE, 2018, p. 30).

O estofa da discussão de Chafe (2018) está nos processos que transformam os pensamentos em estruturas semânticas, as operações de ajuste semântico. O autor propõe cinco operações de ajustes semânticos¹², destacando propriedades do pensamento e apresentando as consequências linguísticas da adaptação, são eles: seleção, categorização, orientação, combinação e linearização. No livro, o autor discute especialmente as implicações das operações de orientação e de categorização para a gramática das línguas do mundo.

A categorização, diz Chafe, é uma operação de ajuste semântico que decorre do fato de que pensamentos são extensivamente mais ricos, mais complexos do que qualquer coisa que pode ser verbalizada. Os pensamentos têm mais conteúdo do que pode ser verbalizado. No plano da gramática, o autor mostra que a categoria de gênero provê os meios linguísticos para os falantes

⁸ Essa discussão sobre método tem base em Chafe (1994). O autor argumenta que dados de linguagem manipulada, como é o caso de julgamentos de gramaticalidade, de sentenças construídas e de julgamentos semânticos, são inúteis, pois não mostram a realidade da linguagem. Assim, defende Chafe (1994, 2018) que o material de análise linguística deve ser a manifestação natural da linguagem, ou seja, os textos de um modo geral (córpus, literatura, etc.).

⁹ Um aspecto importantíssimo da proposta de Chafe é o estudo das modalidades escrita e oral de uso da linguagem e suas diferenças em termos de formulação e processamento (CHAFE, 1980; CHAFE & DANIELEWICZ, 1987).

¹⁰ É importante notar que o enquadre que Chafe faz do processo de verbalização lembra a noção saussuriana de signo linguístico. Explicitar essa questão está além dos objetivos deste texto, mas sugere-se a consulta de Chafe (1979; 2002b)

¹¹ Um exemplo que Chafe (2018, p. 30) fornece de representação fonológica abstrata é a forma *will not*, que pode ser realizada, na estrutura fonológica evidente como *won't*.

¹² Para uma visão geral das operações de ajuste semântico e sua implicação para a gramática do português, consulte-se Neves & Coneglian (no prelo).

categorizarem entidades da experiência. Aponta, ainda, que é possível verificar até que ponto a gramaticalização da categoria de gênero decorre da vivência cultural de uma determinada comunidade linguística. Esse é outro ponto significativo do que Chafe discute em seu livro, a relação entre linguagem, cognição e cultura (especialmente, nos capítulos 13, 16 e 18).

A orientação, como operação de ajuste semântico, decorre do fato de que ideias estão localizadas no pensamento segundo orientações de espaço, de tempo, de conhecimento. O impacto dessa operação na estrutura da língua é verificado na gramaticalização de inflexões, partículas e afixos temporais, espaciais e marcadores epistêmicos e evidenciais, entre outros. O autor discute (nos capítulos 15 a 17) um conjunto de fatos gramaticais ligados às categorias de número e gênero dos substantivos e de tempo e aspecto verbais nas línguas do mundo.

Pode-se dizer, afinal, que um dos aspectos da originalidade da proposta de Chafe (2018) está no fato de, por um lado, distinguir pensamento (como entidade cognitiva) de semântica (como propriedade linguística), revelando os mecanismos gerais pelos quais pensamentos são transformados em estruturas semânticas e, por outro lado, como consequência, redirecionar a atenção do estudo para a linguagem na sua plena realidade, tirando a sintaxe do centro e, assim, colocando a semântica como a pedra angular da investigação.

Todo o conjunto da obra de Chafe (1994, 2018) influencia muito fortemente a proposta de uma gramática de construções radical desenvolvida por Croft (2001, 2005). Particularmente, Croft (2001) aproveita as operações semânticas por meio das quais pensamentos se estruturam para desenvolver a hipótese de que a gramática (entendida como o conhecimento linguístico do falante) existe para fins de verbalização da experiência.

CROFT, William. **Radical construction grammar**. Syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press. 2001.

A teoria sintática proposta por Croft aproveita princípios do funcionalismo tipológico e da linguística cognitiva, particularmente da gramática de construções (veja-se especificamente Croft, 1999). Sua teoria de sintaxe tem na base princípios construcionais da linguagem e que pretende a acomodação da diversidade de fatos sintáticos de línguas particulares e das línguas do mundo. Assim, as estruturas gramaticais são caracterizadas tal como se assume que estejam representadas na mente dos falantes. Da concepção construcional da linguagem decorrem duas proposições teóricas defendidas pelo autor: (i) as construções de uma língua são os elementos primitivos para sua representação sintática e, portanto, as categorias gramaticais da língua são definíveis a partir de sua ocorrência, ou não ocorrência, nas construções; (ii) a representação formal de uma construção consiste apenas de uma construção complexa e de suas partes componentes, o que significa dizer

não apenas que existe uma relação meronímicas entre as partes de uma construção mas ainda que o significado de uma construção é composicionalmente¹³ obtido a partir de suas partes.

O ponto de partida de Croft é a assunção de que variação é um fato básico na estrutura das línguas do mundo. O autor desenvolve sua proposta de tal modo que a variação sincrônica de línguas particulares e das línguas do mundo, em geral, possa ser captada com um mesmo conjunto de princípios teóricos. Entretanto, ela se apresenta como não reducionista, uma vez que põe foco na riqueza de fatos empíricos, sem buscar explicações maximamente generalizadoras. Nesse sentido, Croft chega a dizer que sua teoria sintática é uma para pôr fim a todas as outras, argumentando que não há necessidade de um aparato complexo para descrever a complexidade as línguas humanas (capítulo 01).

Explica Croft (2001, p.18-21) que, nessa moldura teórica, a descrição das construções deve contemplar o elo simbólico entre forma e significado, os elementos da estrutura sintática (forma) e os componentes da estrutura semântica (significado), entre os quais se sustenta esse elo. Cada elemento sintático e seu correspondente componente semântico constituem uma parte do todo construcional e juntos formam uma unidade simbólica (elemento + componente), o que pode ser resumido na indicação de que o todo simbólico é composto de unidades simbólicas (capítulos 01 e 05). O plano da forma, do qual fazem parte os elementos sintáticos, apresenta, além de propriedades sintáticas, propriedades morfológicas e fonológicas; o plano do significado (convencional), do qual fazem parte os componentes semânticos, apresenta, além de propriedades semânticas, propriedades pragmáticas e funcional-discursivas. Nesse modo de ver, assume-se a existência de ligações convencionalizadas entre propriedades semântico-pragmáticas e construções, não apenas no nível da morfologia (interno à palavra) mas também no nível da sintaxe. Essas ligações representam os traços de composicionalidade, que se definem tanto pelo significado linguístico convencionalizado quanto pelo significado contextualmente determinado.

Nesse modo de condução, não são as relações sintáticas a representação básica gramatical, mas as unidades gramaticais de análise são as construções, que estão organizadas como um inventário estruturado de unidades linguísticas convencionais, no qual determinadas unidades funcionam como componentes de outras (capítulos 04 a 06). A determinação das relações e das categorias gramaticais só é alcançada pelo método distribucional, por meio do qual, explica Croft, elas são definidas em termos de possibilidade de preenchimento de um espaço em uma construção gramatical.

Dentro desse cenário, Croft lança a hipótese de que o grande inventário de unidades, estruturadas e hierarquizadas com sobreposições (funcionais) e com zonas de intersecção, é

¹³ Aponte-se que Croft não defende uma noção formal de composicionalidade, mas, sim, construcional (capítulo 05).

representado como uma rede taxonômica de construções, na qual cada construção constitui um nó (CROFT, 2001, p.25)¹⁴.

Essa hipótese encontra sustento nos estudos sobre categorização como um processo psicológico, que, de acordo com o autor, dá conta de prover as generalizações feitas a partir dos fatos construcionais da linguagem. A formação e a constituição de categorias são um aspecto básico de qualquer teoria gramatical e devem, segundo o autor, apresentar algum tipo de validade psicológica. Com base em estudos sobre categorização Croft argumenta contra a proposição de categorias maximamente gerais, uma vez que a máxima generalidade não é psicologicamente verificada (isto é, o armazenamento cognitivo da informação é, em certa medida, redundante e especificado), bem como despreza a variedade de dados empíricos constatados a partir de fatos distribucionais das construções e das categorias gramaticais (capítulos 02, 08 e 09).

Considerando-se a configuração teórica da proposta de Croft, pode-se indicar três pontos gerais que direcionam a investigação da estrutura gramatical: (i) o conhecimento gramatical do falante de uma língua está organizado por meio de construções, que são unidades simbólicas de diferentes complexidades – a mais complexa e mais esquemáticas são as construções sintáticas (por exemplo, construções de estrutura argumental), ao passo que as mais atômicas e mais substantivas são as construções lexicais (por exemplo, demonstrativos e adjetivos) (especialmente o capítulo 02); (ii) as unidades básicas da representação gramatical são unidades simbólicas, o que implica abandonar traços e propriedades que são verificáveis na sintaxe e no léxico, e considerar que construções gramaticais especificam tanto a forma (propriedades sintáticas) quanto o sentido (propriedades semânticas e pragmáticas) (capítulos 03 a 05); (iii) as construções de uma língua formam o inventário estruturado do conhecimento do falante a respeito das convenções da sua língua, inventário esse estruturado na forma de uma rede taxonômica (capítulos 06 a 09).

Insista-se na validade tipológica da proposta de Croft e na cooptação de explicações cognitivas, a partir do processo de categorização, para dar conta da diversidade das estruturas gramaticais das línguas do mundo. Alinhada a essa proposta está a de Bybee (2010), que não só apresenta um caráter tipológico, mas também defende que a estrutura linguística decorre de processos cognitivos de domínio geral, um dos quais é a categorização.

BYBEE, Joan. **Language, use and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.

¹⁴ Croft (2001) busca amparo em Langacker (1987) para desenvolver a hipótese de que as construções gramaticais se organizam na forma de uma rede taxonômica.

Bybee desenvolve uma proposta de análise linguística “baseada no uso”¹⁵ (*usage based*). A autora deixa anunciado no início de sua obra que seu objetivo não é apresentar conteúdo novo, mas apresentar, de modo consolidado, um modelo funcionalista desenvolvido ao longo de sua carreira. Ela parte do entendimento de que a gramática, como uma entidade, representa a organização cognitiva da experiência linguística de um indivíduo, e assume, à semelhança de Croft (2001), que a construção gramatical é a unidade básica de representação desse conhecimento linguístico do falante.

Seu ponto de partida é a verificação da maneira pela qual as línguas do mundo se estruturam e variam. Bybee assenta um conjunto de pressupostos que a permitem desenvolver a hipótese mais ampla de que processos cognitivos de domínio geral¹⁶ são responsáveis pela estrutura gramatical e pela mudança linguística. Essa proposta encaixa-se dentro daquelas que, à semelhança de Croft (2001) e de Givón (2018), discutidas aqui, consideram a linguagem como um sistema complexo e adaptativo.

A autora apresenta uma série de proposições que caracterizam a agenda investigativa dos modelos baseados no uso. De um ponto de vista tipológico, argumenta que as línguas do mundo diferem umas das outras, mas são moldadas e constituídas a partir dos mesmos princípios cognitivos e comunicativos. Do ponto de vista da sincronia, cada enunciado é único, com uma força ilocucionária e um contexto específico de uso, mas todos são estruturados a partir de um mesmo sistema (estável). Do ponto de vista diacrônico, todas as línguas mudam, e os processos de mudança parecem ser regulares e governados, novamente, por fatores cognitivos e comunicativos.

Bybee assenta essas proposições para defender que, do ponto de vista do fazer científico, uma teoria de linguagem deve, necessariamente, dar conta de todas as línguas do mundo. Deve ser, portanto, uma teoria geral o suficiente para captar a variação, mas não tão geral a ponto de ignorar fatos linguísticos¹⁷.

O ponto central da proposta de Bybee e o fator que mais explicitamente se liga ao uso da linguagem é a frequência¹⁸ com que itens linguísticos e as construções gramaticais são usados na comunicação. Especificamente nessa obra, a autora mostra que a alta frequência de uso de itens e construções gramaticais conduz à convencionalização e à elaboração do sistema linguístico (ela discute o caso das construções transitivas), e mostra que a baixa frequência leva à inaceitabilidade,

¹⁵ Para uma visão geral dos modelos baseados no uso, consulte-se Barlow & Kemmer (eds., 2000). No Brasil, recentemente tem-se desenvolvido a proposta de uma Linguística Funcional Centrada no Uso (veja-se, especificamente, Oliveira & Rosário, 2015, e os trabalhos do Grupo de pesquisas *Discurso & gramática*), que aproveita as bases da gramática de construção e as orientações das propostas baseadas no uso.

¹⁶ São os processos: memória rica (capítulo 02), *chunking* (capítulo 03), analogia (capítulo 04) e categorização (capítulo 05).

¹⁷ Esse argumento está no mesmo espírito de Croft (2001).

¹⁸ Veja-se Bybee (1997).

por parte dos usuários, e à eventual perda do sistema (Bybee discute o caso das construções de verbos seriais).

Ligada à questão da frequência está a noção de exemplaridade. Bybee argumenta que, decorrente do processo cognitivo de domínio geral de memória rica, os usuários são capazes de extrair padrões exemplares de enunciados particulares usados em contextos interacionais. A autora mostra o modo como essas representações exemplares nascem nos domínios da fonologia (examinando a categorização fônica), da morfologia (examinando a difusão lexical de mudança sonora) e no domínio da sintaxe (examinando instâncias de gramaticalização de construções). A autora argumenta, ainda, que um modelo de organização gramatical com base em exemplares permite captar as variações do sistema e a multifuncionalidade dos itens e das construções gramaticais.

Se o conhecimento linguístico dos usuários se constitui a partir de exemplares, tem-se, então, que as categorias e as construções gramaticais organizam-se radialmente, de modo que a gradiência seja a característica principal que organiza todo o sistema da linguagem. Como aponta Bybee, o caráter gradiente das categorias linguísticas e a presença da variação na língua não são argumentos contra o estudo e a descrição dos padrões linguísticos que emergem no uso; pelo contrário, a descrição das generalizações, a partir de semelhanças e de traços comuns encontrados nos membros das categorias, é essencial ao estudo gramatical, visto que a “categorização estabelecida faz parte do conhecimento do falante sobre as convenções linguísticas” (LANGACKER, 1987, p.370).

Discutindo o processo de *chunking*, que diz respeito ao agrupamento conceptual da experiência em blocos, e seus efeitos na representação cognitiva da gramática, Bybee resgata a questão da autonomia da gramática, uma questão que, como mostrado no início deste artigo, define o campo do funcionalismo. A autora mostra que construções gramaticais que perdem sua composicionalidade tendem a se tornar mais autônomas, justificando esse fato com a alta frequência de uso de uma determinada construção. Nesse modo de considerar os fatos, a noção de autonomia não diz respeito ao alheamento da forma (sintaxe) em relação à função (semântica e pragmática), mas, sim, à alta frequência de uso e à perda de composicionalidade. A autonomia, assim como todos os fatos da linguagem, apresenta um caráter gradiente. É exatamente o aumento de autonomia por parte de uma construção gramatical que permite, no processo de mudança linguística, o desenvolvimento de novos padrões construcionais.

As obras e as propostas apresentadas até aqui compartilham sua afeição pelo trabalho com o texto, com cópulas e pela explicação cognitivamente sustentada das funções da linguagem na conceptualização e verbalização da experiência humana. As três propostas que se discutem a seguir compartilham o fato de que a funcionalidade da linguagem se verifica, particularmente, na

comunicação. Elas se assemelham, também, pelo fato serem altamente formalizáveis, contando com um conjunto de categorias e de noções pré-teóricas.

VAN VALIN, Robert. **Exploring the syntax-semantic interface**. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

Nesse livro, van Valin parte dos pressupostos assentados em van Valin & LaPolla (1997), que convergem no entendimento de que as expressões linguísticas relacionam o plano sonoro com o plano significativo por meio da gramática, cujo componente central é a sintaxe. A partir daí, os autores dizem que os três principais objetivos de uma teoria linguística são descrever os fenômenos linguísticos, ou seja, a gramática das línguas, explicar esses fenômenos e desempacotar as bases cognitivas da linguagem. Em perspectiva funcional, diz van Valin (2005), esses objetivos devem convergir na investigação da interrelação entre os componentes sintático, semântico e pragmático, na verificação do modo pelo qual a estrutura gramatical permite que os indivíduos se comuniquem. O modelo teórico que van Valin (2005) propõe é chamado de Gramática de papel e referência¹⁹ (GPR), *Role and Reference Grammar*²⁰, cujo cerne se sustenta em duas características: (i) é uma teoria linguística tipologicamente orientada, que pretende dar conta de todas as línguas do mundo; (ii) é uma teoria que capta a interação entre sintaxe, semântica e pragmática na descrição e explicação dos sistemas gramaticais (VAN VALIN, 2005, p. 1).

No livro de 2005, o autor oferece os pontos básicos da proposta da GPR. O ponto de partida é o estudo da constituição estrutural da oração, bem como a descrição de aspectos básicos da estrutura gramatical de uma língua, tais como representação lexical, papéis semânticos, funções sintáticas e estruturas de foco (capítulos 01 a 04). Os aspectos básicos da estrutura gramatical contemplam fenômenos ligados aos três componentes da linguagem, sintaxe, semântica e pragmática, respectivamente. Esse fato é teoricamente incorporado ao modo de organização da teoria, em que as representações sintáticas se mapeiam em representações semânticas por meio de um algoritmo de ligação, que consiste na representação do significado da decomposição de itens lexicais (capítulo 05). Note-se que, nesse modo de organização, estão explicitados os componentes sintático e semântico. O componente “discursivo-pragmático” é externo aos outros dois e pode afetar o modo como se sustentam as relações no algoritmo de ligação²¹, explica van Valin (2005).

O modelo representacional adotado na GPR é organizado em camadas – semelhante ao de Dik (1997) e de Hengeveld & Mackenzie (2008) –, cuja diagramação lembra as árvores sintáticas do gerativismo. No entanto, explica van Valin (2005), a motivação para essa representação em camadas

¹⁹ O primeiro desenvolvimento da Gramática de Papel e Referência encontra-se em van Valin & LaPolla (1997).

²⁰ <http://www.acsu.buffalo.edu/~rrgpage/rrg.html>.

²¹ A questão do modo pelo qual o algoritmo de ligação é afetado por propriedades discursivo-pragmáticas da gramática é complexa. Explicitar essa problemática está além do objetivo deste texto, mas sugere-se a leitura de van Valin (1980), que correlaciona o significado das expressões linguísticas (semântica) e sua interpretação (pragmática).

é semântica, e não sintática, pois entende-se que elementos semânticos, como predicados e argumentos, organizam-se hierarquicamente, assim, que aos elementos sintáticos da oração sejam, também, hierarquicamente organizados é decorrente da organização semântica. Nesse modo de organização, a camada mais interna é o núcleo (*nucleus*), na qual está abrigado apenas o elemento predicativo (geralmente, o verbo); na camada central (*core*) abrigam-se o elemento predicativo e seus argumentos semânticos; a camada seguinte é a oração (*clause*), que abriga os elementos da camada central e pode abrigar, também, uma periferia opcional, da qual fazem parte adjuntos modificadores, sintagmas-QU; a camada mais externa é a sentença (*sentence*), que inclui a oração e pode abrigar, também, sintagmas deslocados (como o caso de objetos deslocados à direita).

Um dos aspectos mais importantes no desenvolvimento da proposta da GPR é a análise das estruturas de tópico e foco (capítulo 03). Essas duas propriedades das sentenças são o que van Valin (2005) aponta como o aspecto mais evidente da estrutura gramatical servindo a propósitos comunicativos, pois toca diretamente na distribuição da informação na estrutura da sentença.

Deve-se enfatizar que a GPR é um modelo de orientação tipológica. Van Valin (2005) considera que, se a função básica da linguagem é permitir comunicação social, todas as línguas do mundo alcançam os mesmos fins comunicativos, no entanto cada língua explora diferentemente seus expedientes e suas estruturas. O autor busca, assim, mostrar os vários meios pelos quais sintaxe, semântica e pragmática interagem nas línguas do mundo. Esse objetivo é captado no modo de organização básica da teoria: os fatos específicos de cada língua (a variação) são observados no plano da representação sintática, enquanto os fatos tipológicos (universais) se observam no plano da representação semântica e no algoritmo de ligação, o qual capta a estrutura lógica (conceptual) da semântica. Nessa medida, a proposta tipológica de van Valin (2005) se alinha de que universais linguísticos se verificam na função e, não, na forma (GREENBERG, 1974). No caso da GPR, especificamente, os universais se observam no plano da representação semântica, diferentemente do que se propõe em outras teorias.

A GPR difere de outras propostas tipológicas discutidas aqui (CROFT, 2001, BYBEE, 2010, GIVÓN, 2018) no sentido de que ela postula uma série de categorias sintáticas primitivas atômicas, tais como argumentos e adjuntos, que não são decomponíveis, o que gera um conjunto complexo de representações simbólicas para a sintaxe. Na mesma linha da GPR, encontram-se as propostas da Gramática Funcional (GF), de Dik (1997), de da Gramática discursivo-funcional (GDF), de Hengeveld & Mackenzie (2008).

DIK, Simon C. **The theory of functional grammar**. 2 vols. 2ª ed. revista por Kees Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter. 1997.

Na base da Gramática Funcional (GF), está o entendimento de que a linguagem faz parte de um componente comunicativo humano que habilita o estabelecimento das relações comunicativas por meio das expressões linguísticas. Dik (1997) arrazoa que, assumindo-se o ponto de partida funcional para o tratamento da linguagem, a pergunta natural a responder é como funciona o usuário de uma língua natural, visto que falante e ouvinte, como usuário, se comunicam por meio da linguagem verbal.

Colocando o centro no usuário da língua natural, Dik propõe um modelo estruturado de interação verbal no qual as expressões linguísticas são o meio pelo qual os usuários alcançam a comunicação bem-sucedida. Nesse modelo, falante e ouvinte dispõem de um conjunto de “informações pragmáticas”. O falante é responsável pela construção das expressões linguísticas, “antecipando” o que o ouvinte dispõe de informação pragmática. O ouvinte, recebendo as expressões linguísticas, “reconstrói” as intenções do falante. Obviamente, esse modelo coloca falante e ouvinte na posição de ativa participação na interação verbal.

Dentro desse enquadre, Dik assenta que, antes de tudo, a sua GF apresenta uma adequação pragmática, acomodando aquelas propriedades das expressões linguísticas ligadas diretamente ao modo pelo qual elas são usadas. O autor prevê, ainda, outros dois tipos de adequação, a psicológica e a tipológica. No caso da adequação psicológica, o autor defende uma teoria gramatical se sustente a partir de modelos psicológicos da linguagem, da sua aquisição e do seu processamento. No caso da adequação tipológica, fica previsto que o modelo da GF é construído a partir de uma amostra representativa das línguas do mundo, permitindo que o modelo seja testado nas mais diferentes línguas.

Mais amplamente, a teoria da GF se propõe como uma teoria tipologicamente adequada para o modo pelo qual se organiza a estrutura gramatical das línguas naturais. O autor considera que, para que a teoria seja tipologicamente válida, deve haver um equilíbrio entre abstração e concretude na formulação da proposta e das categorias. Por um lado, a teoria não pode ser tão abstrata de modo que o analista perca de vista a concretude da língua, nem pode ser tão concreta de modo que as propriedades específicas de cada língua fiquem perdidas na descrição e na análise gramaticais. Nessa medida, Dik argumenta que a GF deve ser tão abstrata quanto exigir o nível de adequação tipológica. Por aí se vê que o tipo de explicação para a organização gramatical das línguas naturais é dirigido pelas propriedades tipológicas, e os universais linguísticos seriam encontrados nos padrões de adequação pragmática e psicológicas.

No modelo da GF, então, as funções semânticas e pragmáticas da estrutura gramatical são universalmente relevantes na caracterização das línguas naturais.

Esse conjunto de assunções teóricas, implica a proposição de um conjunto de categorias teóricas que permitem captar o modo de organização da gramática de uma língua natural. O ponto de partida, e o centro da análise de Dik, é a oração.

Dik (1997) correlaciona as unidades estruturais que compõem a frase e o tipo de entidade que elas representam. No nível estrutural mais baixo, está o predicado (nível 1), que se aplica a um conjunto de termos específicos. O predicado designa as propriedades e as relações, enquanto os termos se referem a entidades. Da aplicação desse predicado a um conjunto apropriado de termos, tem-se a predicação (nível 2), que pode ser interpretada como um conjunto de estados de coisas. Na predicação, há elementos que são requeridos pela semântica do predicado (os argumentos) e há elementos que proveem informações adicionais (os satélites). Revestida de força ilocucionária, a predicação passa, então, a ser uma proposição (nível 3), que se refere à entidade dos fatos possíveis. E também a predicação pode ser emoldurada em outra força ilocucionária, constituindo, assim, a frase (nível 4), que corresponde ao ato de fala. As camadas constituem a “estrutura subjacente da oração”, que é abstrata, e que se ligam ao nível da “expressão linguística”, concreto, por meio de “regras de expressão”.

A análise das expressões linguísticas, nesse modelo, é uma análise que começa da camada mais interna, a do predicado, para chegar à mais externa, da frase. Nessa medida, é um modelo de análise *bottom-up*.

Uma leitura atenta dos dois volumes de Dik revela o tratamento particular que o autor confere à organização da estrutura gramatical. O autor trata de temas como a predicação (capítulo 04), os tipos de estado de coisas (capítulo 05), a natureza de termos referenciais (capítulo 06), operadores de termos referenciais (capítulo 07) e os predicados não verbais (capítulo 08). A angulação de fatos gramaticais nessa perspectiva revela o tratamento da gramática por meio de processos que constituem os enunciados – condução semelhante àquela conferida por Neves (2011) à sua gramática.

Historicamente, o modelo da GF deu origem ao modelo da Gramática discursivo-funcional (GDF), desenvolvido por dois discípulos de Simon Dik, Kees Hengeveld e John Lachlan Mackenzie.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. **Functional discourse grammar**. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press. 2008.²²

²² No contexto brasileiro, pesquisas em Gramática discursivo-funcional são profícuas. Citem-se Camacho (2011), um estudo sobre as classes de palavras e nominalização em português, e Pezatti (2014), um estudo sobre a ordem das palavras.

A Gramática discursivo-funcional (GDF) foi proposta originariamente em 2000²³, por Kees Hengeveld, mas o livro “inaugural” aparece ao público somente em 2008. Desde sua proposição até o aparecimento do livro, inúmeros artigos e capítulos de livros foram publicados provendo, esquematicamente, a configuração da proposta.

Na apresentação de seu livro, Hengeveld & Mackenzie (2008) deixam claro que o objetivo da GDF é o mesmo da GF, explicar a complexidade da estrutura gramatical das línguas do mundo com base na função comunicativa desempenhada por elas. O modelo de Hengeveld & Mackenzie preserva a proposta básica de Dik da organização da estrutura linguística em camadas, no entanto, extrapola a dimensão da sentença, penetrando na própria configuração dos atos comunicativos. A principal diferença entre a GF e a GDF está no fato de que o ponto de partida de análise desse modelo é a intenção comunicativa do usuário da língua natural. Nesse encaminhamento, a GDF é uma teoria funcionalista na medida que submete a estrutura gramatical à função comunicativa da linguagem. Entretanto, os autores advertem que o modelo é uma mistura de funcionalismo e de formalismo.

Em linhas gerais, pode-se explicitar proposta da GDF²⁴ considerando-se que: a) no centro da investigação, está um modelo da competência gramatical do usuário de uma língua natural, organizado em um componente gramatical, um conceptual, um contextual e de saída; b) a unidade básica de análise não é a sentença, mas, sim, o ato discursivo, que pode ou não corresponder à unidade estrutural da sentença; c) a organização da linguagem acontece em quatro níveis, o interpessoal (capítulo 02), o representacional (capítulo 03), o morfossintático (capítulo 04) e o fonológico (capítulo 05); d) esses níveis são organizados do mais externo (o interpessoal) até o mais interno (o fonológico), ficando configurado um modelo *top-down*; e) os componentes e os níveis são hierarquicamente organizados. Com base nessas características, Hengeveld (2005) justifica que o modelo penetra na organização discursiva justamente porque permite a consideração de unidades maiores e menores do que a sentença.

Os níveis correspondem a diferentes níveis das línguas: o nível interpessoal à pragmática, o representacional à semântica e o estrutural à morfossintaxe. Da organização hierárquica dos níveis, decorre uma escala de governança dos componentes da gramática: a pragmática domina a semântica, que domina a morfossintaxe, e esses três dominam o componente fonológico.

A proposta desenvolvida nesse livro contempla especificamente o componente gramatical, de que fazem parte os níveis organizacionais. Só recentemente que reflexões sobre os outros componentes do conhecimento gramatical do falante, especialmente os componentes contextual e

²³ Durante a 9ª Conferência Internacional de Gramática Funcional, em Madrid, na Espanha.

²⁴ Esses pontos são bem desenvolvidos em Hengeveld & Mackenzie (2005).

conceptual, têm sido examinados com mais rigor e profundidade (HENGEVELD & MACKENZIE, 2014; MACKENZIE, 2014).

No que diz respeito à configuração de uma teoria linguística, a GDF pertence ao grupo de teorias que postulam categorias atômicas, como *frames*, operadores e modificadores. Essas categorias são de natureza descritiva, mas, também, apresentam seu valor explicativo.

Ao final, pode-se mostrar, ainda, que a proposta de uma gramática funcional orientada para o discurso tem o potencial de lidar com a organização dos textos. Hengeveld & Mackenzie (2008) apontam uma série de fenômenos linguísticos que só podem ser considerados no universo discursivo (textual), como a construção de cadeias anafóricas, marcadores discursivos. Daí a ambição de os autores proporem uma teoria linguística tipologicamente adequada e discursivamente orientada.

2.2 Obras descritivas

O arcabouço teórico do funcionalismo habilita a elaboração de gramáticas completas de línguas particulares e, também, a formulação de compêndios descritivos em que se apresentam as propriedades tipológicas das línguas humanas. Na verdade, não é uma simples questão de habilitação, mas uma questão desiderativa. Um dos produtos da investigação da linguística funcional deve ser gramáticas e compêndios descritivos das línguas do mundo.

Dos modelos discutidos na seção anterior, os modelos do funcionalismo givoniano (GIVÓN, 1993 para o inglês), da Gramática discursivo-funcional (KEIZER, 2015, para o inglês) e da Gramática de construções radical croftiana (CROFT, no prelo, tipológico) possibilitaram a formulação de compêndios descritivos.

Comrie et al (1993) apontam três motivos válidos para formular compêndios descritivos das línguas. Em primeiro lugar, boas descrições de línguas constituem a base da boa prática linguística; em segundo lugar, o estudo de padrões de variação translinguística prevê gramáticas descritivas de línguas particulares cuidadosamente preparadas; e, por fim, a formulação de compêndios gramaticais é indispensável para a preservação de línguas ameaçadas de extinção, possibilitando a revitalização dessas línguas. A documentação das línguas do mundo, argumentam os autores, é uma prática importante na manutenção das culturas humanas.

Os autores sugerem que, no que diz respeito à apresentação do material na forma de um compêndio gramatical, deve-se evitar excessivo emprego de terminologia vinculada a uma teoria particular, antes deve-se privilegiar um modo de apresentação que possibilite a comparação linguística.

As duas obras gramaticais discutidas nesta seção cumprem esse requerimento à risca. Tanto o compêndio sintático de Givón (2001) quanto a gramática de Neves (2011) obtêm descrição de

maneira ‘ateórica’, no sentido de Haspelmath (2010), isto é, manejam os fatos descritivos e a explicitação das funções da estrutura sem um emprego excessivo de terminologia associada a um modelo teórico em particular.

GIVÓN, Talmy. **Syntax**. 2 vols. Amsterdam: John Benjamins. 2001.

A proposta descritiva que Givón apresenta em seus dois volumes de sintaxe está, naturalmente, abrigada no entendimento geral de que a língua e, portanto, gramática são sistemas adaptativos complexos (capítulo 01). A língua serve às funções representação e de comunicação da experiência. Nessa visão, o sistema (cognitivo) das representações contempla léxico mental, informação proposicional e discurso multi-proposicional, enquanto o sistema comunicativo, propriamente, comporta, o que o autor chama de código gramatical. Essa organização básica da linguagem em sistemas, cada um ligado a uma função, permite descrever as propriedades do código gramatical em interface com suas propriedades semânticas e pragmáticas.

Esse encaminhamento fica evidente no modo pelo qual o autor organiza os temas ligados à sintaxe. As classes de palavras, por exemplo, são discutidas sob a rubrica de léxico mental, discussão na qual ficam estabelecidas as palavras de conteúdo (ou palavras lexicais) e as palavras funcionais (ou palavras gramaticais). Um aspecto importante da proposta de Givón é a acomodação do caráter gradiente do léxico mental, isto é, o pertencimento de um item a uma categoria não é absoluto, mas relativo à função que desempenha. A explicitação da multifuncionalidade dos itens linguísticos e a sua descrição são um dos pilares da proposta givoniana.

É importante notar que, metodologicamente, o autor não evita a terminologia tradicional, ainda que reconheça sua imprecisão em muitos casos, mas a aproveita para discutir funcionalmente o tratamento dessas categorias. Um bom exemplo disso é a discussão, no capítulo 18, sobre as noções tradicionais de subordinação e de coordenação.

O compêndio de sintaxe de Givón contempla os seguintes temas: léxico mental e categorias formativas da palavra (capítulo 02, vol. 1); estrutura de orações simples, transitividade e estrutura argumental (capítulo 03, vol. 1); caso nominal e relações gramaticais (capítulo 05, vol. 1); categorias de tempo, aspecto e modalidade, ligadas ao verbo e à proposição (capítulos 06 e 07, vol. 01); negação e polaridade (capítulo 08, vol. 01); coesão referencial, pronomes e definitude (capítulos 09 e 10, vol. 1); sintagmas nominais (capítulo 11, vol. 2); complementação verbal por meio de orações (capítulo 12, vol. 2); voz ditransitiva, voz média e voz reflexiva (capítulo 13, vol. 2); orações relativas (capítulo 14, vol. 2); construções de foco contrastava e de tópico marcado (capítulos 15 e 16, vol. 2); estrutura de atos de fala não declarativos (capítulo 17, vol. 2); e coerência interoracional e a dimensão multiproposicional dos discursos (capítulo 18).

O objetivo da obra, conforme o autor anuncia no final do primeiro capítulo, é servir como uma obra de referência para o estudo funcionalista da gramática e para a elaboração de manuais de gramática de línguas particulares. Nessa medida não é uma obra de explicitação teórica, ainda que sejam feitas pequenas reflexões teóricas a respeito do funcionamento da linguagem ao longo da obra. No entanto, Givón sugere, também no final do primeiro capítulo, que o consulente faça uma imersão em material teórico suplementar. Indiquem-se Givón (1995, 2002 e 2005) como leituras em que a discussão teórica dos temas sintáticos é feita com mais fôlego.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2ª edição, revista e atualizada. São Paulo: Editora UNESP. 2011 [2000].

Neves abre sua gramática dizendo que ela “constitui uma obra de referência que mostra como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil” (p. 13). À semelhança do compêndio de sintaxe givoniano, a gramática de Neves não esposa um modelo funcionalista particular, mas se sustenta em um conjunto de pressupostos funcionalistas para a análise da gramática da língua, sendo o mais importante deles o entendimento de que a língua viva se observa no fazer discursivo, nas escolhas que os falantes fazem. As escolhas só são possíveis porque a gramática é concebida como um sistema, tal como se mostrou, particularmente, em Halliday e em Dik, e é a descrição desse sistema com indicações de suas propriedades funcionais que a obra obtém.

A descrição é feita a partir de dados de uso real da linguagem, com base no *Córpus do Laboratório de Lexicografia*²⁵, da UNESP, câmpus de Araraquara. Na ocasião em que a gramática foi produzida, o córpus contava com 70 milhões de palavras e era formado de literatura romanesca, dramática, jornalística e de oratória.

A *Gramática de usos do português* apresenta uma organização muito particular. Os capítulos se apresentam a partir das categorias tradicionalmente estabelecidas na disciplina gramatical. Um dos aspectos da originalidade da proposta está em analisar as categorias gramaticais como configuradoras de processos de constituição do enunciado. O artigo definido, por exemplo, aparece descrito na parte (II) dos processos de referenciação textual e situacional, enquanto o artigo indefinido aparece na parte (III) dos processos de quantificação e indefinição.

A obra organiza-se da seguinte forma: na primeira parte, “A formação básica das predicções: o predicado, os argumentos e os satélites”, discutem-se o verbo, o substantivo, o adjetivo, o advérbio, as conjunções integrantes e a oração substantiva, os pronomes relativos e a oração adjetiva; na segunda parte, “A referenciação situacional e textual: as palavras fóricas”, discutem-se

²⁵ No Brasil, além da *Gramática de usos do português*, é importante mencionar, ainda, outro conjunto de gramáticas elaborado a partir de córpus de língua falada no âmbito do Grupo do Português Falado, coordenado por Ataliba T. de Castilho. Nesse grupo, foram produzidos inúmeros volumes descrevendo o português sob as mais diversas perspectivas teóricas. Mencione-se, nesse contexto, a *Nova gramática do português brasileiro* (CASTILHO, 2010), que apresenta, de um ponto de vista multissistêmico, fatos do português falado no Brasil.

o artigo definido, o pronome pessoal, o pronome possessivo e o pronome demonstrativo; na terceira parte, “A quantificação e a indefinição”, discutem-se o artigo indefinido, os pronomes indefinidos e os numerais; na quarta parte, “A junção”, discutem-se as preposições, as conjunções coordenativas (aditivas, adversativas e alternativas) e as conjunções subordinativas adverbiais (temporais, causais, condicionais, concessivas, finais, comparativas, consecutivas, conformativas, proporcionais e modais).

O ponto central da proposta desenvolvida por Neves (2011) é a vivência da linguagem (NEVES, 2010), por isso a autora, na apresentação de sua gramática insistentemente faz menção à linguagem viva. Isso se revela, particularmente, no trabalho com o *córpus* e, mais amplamente, com textos inteiros, como é o que faz em sua monumental *A gramática do português revelada em textos* (NEVES, 2018b). Nessa segunda gramática, os capítulos vêm organizados a partir de lições e sempre se iniciam com a discussão de algum texto para, então, proceder à exposição teórica a respeito da língua.

A explicitação teórica da *Gramática de usos do português* e de *A gramática do português revelada em textos* está em Neves (2003, 2006, 2010, 2012).

3. Afinal, uma visão geral do que é fazer funcionalismo em linguística

Diante da apresentação das dez obras, pode-se fazer as seguintes indicações gerais sobre o que representa fazer funcionalismo em linguística:

- do ponto de vista adaptativo, descrição e explicação funcionais repousam justamente nos inúmeros domínios adaptativos da linguagem como sistemas comunicativo e cognitivo; domínios dos quais decorrem a criação de um conjunto estrutural apropriado para a verbalização da experiência (GIVÓN, 2018; CHAFE, 2018);
- do ponto de vista do código comunicativo, a gramática de uma língua natural é aquela que “organiza as relações, constrói as significações e define os efeitos pragmáticos” (NEVES, 2006, p. 11);
- do ponto de vista textual, é essa mesma gramática que faz dos textos peças em função nas diversas interações verbais, de modo que falante e ouvinte possam negociar suas intenções e mutuamente influenciar seus estados mentais (DIK, 1997);
- do ponto de vista sincrônico, a estrutura gramatical é decorrente de processos diacrônicos motivados pela função comunicativa e representacional da linguagem (BYBEE, 2010; GIVÓN, 2018);
- do ponto de vista diacrônico, os processos de mudança linguística acontecem no uso efetivo da linguagem e o *locus* de mudança são os enunciados concretos produzidos na interação (BYBEE, 2010; CHAFE, 2018; CROFT, 2000; GIVÓN, 2018).

- o equacionamento vai na direção de privilegiar o uso da linguagem (em relação ao sistema), o significado (em relação a forma) e o social (em relação ao individual) (HALLIDAY, 1994);
- a orientação de estudo é, predominantemente, paradigmática, pois privilegiam-se as escolhas que os falantes fazem dentro de um espaço linguístico sistêmico (HALLIDAY, 1994).

Referências

a. Obras examinadas

- BYBEE, Joan. *Language, use and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.
- CHAFE, Wallace. *Thought-based linguistics*. How languages turn thoughts into sounds. Cambridge: Cambridge University Press. 2018.
- CROFT, William. *Radical construction grammar*. Syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press. 2001.
- DIK, Simon C. *The theory of functional grammar*. 2 vols. 2ª ed. revista por Kees Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter. 1997.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax*. 2 vols. Amsterdam: John Benjamins. 2001.
- GIVÓN, Talmy. *On understanding grammar*. 2ª edição, revista e atualizada. Amsterdam: John Benjamins. 2018 [1979].
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An introduction to functional grammar*. 2ª ed. Londres: Lawrence Earlbaum. 1994 [1985].
- HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. *Functional discourse grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press. 2008.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2ª edição revista e atualizada. São Paulo: Editora UNESP. 2011 [2000].
- VAN VALIN, Robert. *Exploring the syntax-semantic interface*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

b. Obras de consulta geral

- BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne. (eds.) *Usage-based models of language*. Chicago: The University of Chicago Press. 2000.
- BUTLER, Christopher S. *Structure and function: a guide to three major structural-functional theories*. Amsterdam: John Benjamins. 2003.
- BYBEE, Joan. *Frequency of use and the organization of language*. Oxford: Oxford University Press. 1997.

- CAFFAREL, Alice; MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, Christian. (eds.) *Language typology: a functional perspective*. Amsterdam: John Benjamins. 2004.
- CAMACHO, Roberto G. *Classes de palavras na perspectiva da Gramática discursivo-funcional*. O papel da nominalização no continuum categorial. São Paulo: Editora Unesp. 2011.
- CASTILHO, Ataliba T de. *Nova gramática do português*. São Paulo: Editora Contexto. 2010.
- CHAFE, Wallace. *Significado e estrutura linguística*. Trad. de Maria Helena de Moura Neves et al. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora. 1979.
- CHAFE, Wallace. (ed.) *The pear stories*. Cambridge, MA: Academic Press. 1980.
- CHAFE, Wallace. *Discourse, consciousness and time*. The flow and displacement of conscious experience in speaking and writing. Chicago: The University of Chicago Press. 1994.
- CHAFE, Wallace. Putting grammaticalization in its place. In: WISCHER, Ilsa; DIEWALD, Gabrielle. *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins. 2002(a).
- CHAFE, Wallace. Searching for meaning in language: a memoir. *Historiographia Linguistica*. vol. 29, n. 1/2. 2002(b).
- CHAFE, Wallace. Syntax as a repository of historical relics. In: BERGS, Alex; DIEWALD, Gabrielle. *Constructions and language change*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2008.
- CHAFE, Wallace; DANIELEWICZ, Jane. Properties of spoken and written language. In: HOROWITZ, Rosalinda; SAMUELS, S. J. (eds.) *Comprehending oral and written language*. Cambridge, MA: Academic Press.
- COMBRIE, Bernard; CROFT, William; LEHMANN, Christian; ZAEFFERER, David. A framework for descriptive grammars. In: CROCHETIÈRE, André et al (eds.). *Proceedings of the 15th International Congress of Linguistics*. Sainte-Foy: Les Presses de L'Université Laval. 1993.
- CROFT, William. *Syntactic categories and grammatical relations*. The cognitive organization of information. Stanford: CSLI. 1991.
- CROFT, William. Autonomy and functional linguistics. *Language*, vol. 71, n. 4. 1995.
- CROFT, William. Some contributions from typology to cognitive linguistics. In: JANSEN, Theo; REDEKER, Gisela. *Cognitive linguistics: foundations, scope and methodology*. Berlin: Mouton de Gruyter. 1999.
- CROFT, William. *Explaining language change: an evolutionary perspective*. Londres: Longman. 2000.
- CROFT, William. Logical and typological arguments for radical construction grammar. In: ÖSTMAN, Jan-Ola; FRIED, Mirjam. (eds.) *Construction grammar(s): cognitive and cross-language dimensions*. Amsterdam: John Benjamins. 2005.

- CROFT, William. Functional approaches to grammar. In: *International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences*. 2ª ed. vol. 9. 2015.
- CROFT, William. *Morphosyntax – constructions of the world’s languages*. Cambridge: Cambridge University Press. No prelo.
- EVERETT, Daniel. *Language: the cultural tool*. Londres: Profile Books. 2012.
- GEERTZ, Cliff. *A interpretação das culturas*. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: LTC. 2008 [1989].
- GIVÓN, Talmy. Historical syntax and synchronic morphology: and archeologist’s field trip. In: *Papers from the 7th Meeting of the Chicago Linguistics Society*. 197.
- GIVÓN, Talmy. *Mind, code and context – essays in pragmatics*. Nova Iorque: Psychology Press. 1989.
- GIVÓN, Talmy. *English grammar – a function-based introduction*. 2 vols. Amsterdam: John Benjamins. 1993.
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins. 1995.
- GIVÓN, Talmy. *Bio-linguistics*. The Santa Barbara lectures. Amsterdam: John Benjamins. 2002.
- GIVÓN, Talmy. *Context as other minds – the pragmatics of sociality, cognition and communication*. Amsterdam: John Benjamins. 2005.
- GIVÓN, Talmy. *The origins of syntactic complexity – diachrony, ontogeny, neuro-cognition, evolution*. Amsterdam: John Benjamins. 2010.
- GIVÓN, Talmy. On the intellectual roots of functionalism in linguistics. In: BISCHOFF, Shannon T.; JANY, Carmen. *Functional approaches to language*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2013(a).
- GIVÓN, Talmy. Beyond structuralism: should we set a priori limits to our curiosity? *Studies in language*, vol. 37, n. 2. 2013(b).
- GREENBERG, Joseph. *Language typology: a historical and analytic overview*. The Hague: Mouton. 1974.
- HALLIDAY, Michael. Language structure and language function. In: LYONS, John. *New horizons in linguistics*. Harmondsworth: Penguin. 1970.
- HALLIDAY, Michael. *An introduction to functional grammar*. 3ª edição. Revisada por Christian Matthiessen. Londres: Hodder Education. 2004.
- HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. *Construing experience through meaning*. Londres: Continuum. 2006.
- HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. *Halliday’s introduction to functional grammar*. 4ª edição. Revisada por Christian Matthiessen. Londres: Routledge. 2014.
- HENGEVELD, Kees. Dynamic expression in functional discourse grammar. In: HENGEVELD, Kees; GROOT, Casper de. *Morphosyntactic expression in functional grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2005.

- HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. Interpersonal functions, representation categories, and syntactic templates in functional discourse grammar. In: MACKENZIE, John Lachlan; GÓMEZ-GONZÁLES, Maria de los Ángeles. *Studies in functional discourse grammar*. Bern: Peter Lang. 2005.
- HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. Grammar and context in functional discourse grammar. *Pragmatics*, vol. 24, n. 2. 2014.
- KEIZER, Evelin. A functional discourse grammar of English. Oxford: Oxford University Press. 2015.
- LANGACKER, Ronald. *Foundations of cognitive grammar – theoretical pre-requisites*. vol 1. Stanford: CSLI. 1987.
- HASPELMATH, Martin. Does linguistic explanation presuppose linguistic description? *Studies in language*, vol. 28, n. 3. 2004.
- HASPELMATH, Martin. Framework-free grammatical theory. In: HEINE, Bernd; NARROG, Heiko. *The Oxford handbook of linguistic theory*. Oxford: Oxford University Press. 2010.
- MACKENZIE, John Lachlan. The contextual component in a dialogic FDG. *Pragmatics*, vol. 24, n. 2. 2014.
- MÜNCH, Richard. History of functionalism. In: *International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences*. 2ª ed. vol. 9. 2015.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Contexto. 2003.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Editora Contexto. 2006.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Ensino de língua e vivência de linguagem – temas em confronto*. São Paulo: Editora Contexto. 2010.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática passada a limpo*. São Paulo: Parábola, 2012.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional: interação, discurso e texto*. São Paulo: Editora Contexto. 2018(a).
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Editora Unesp. 2018(b).
- NEVES, Maria Helena de Moura; CONEGLIAN, André Vinícius Lopes. *O tratamento da linguagem em função*. São Paulo: Editora Mackenzie. No prelo.
- NICHOLS, Johanna. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*, vol. 13, n. 2. 1984.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; ROSÁRIO, Ivo da Costa do. *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj. 2015.
- PEZATTI, Erotilde. *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola. 2014.

VAN VALIN, Robert D. Meaning and interpretation. *Journal of pragmatics*, vol. 4, n. 2. 1980.

VAN VALIN, Robert D.; LAPOLLA, Randy. Syntax – structure, meaning and function. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

WEBBER, Jonathan. (ed.) *Studies in Chinese language*. Collected works of M. A. K. Halliday, vol. 8. Londres: Continuum. 2006.